



PORTARIA-COFECI Nº 098/2023

Autoriza a inscrição de pessoas físicas portadoras de Diplomas de T.T.I expedidos por ALVO – CURSOS PREPARATÓRIOS, TÉCNICOS E PROFISSIONALIZANTES/CE, modalidade a distância.

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS-COFECI, no uso regular das atribuições conferidas pelos artigos 4º e 16, incisos XVI e XVII, da Lei nº 6.530, de 12 de maio de 1978, e artigo 19, Parágrafo Único, da Resolução-COFECI nº 1.476/2022;

CONSIDERANDO os termos do Parecer nº 098/23 do Titular da Vice-Presidência Adjunta de Assuntos Pedagógicos do COFECI, atestando o recredenciamento e a plena regularidade do curso de Formação de Técnicos em Transações Imobiliárias ministrado na modalidade **a distância** por ALVO – CURSOS PREPARATÓRIOS, TÉCNICOS E PROFISSIONALIZANTES/CE, CNPJ: 97.522.799/0001-18,

R E S O L V E :

Art. 1º - Os Diplomas do Curso de Técnico em Transações Imobiliárias, modalidade **a distância**, expedidos até 31/12/2026, por ALVO – CURSOS PREPARATÓRIOS, TÉCNICOS E PROFISSIONALIZANTES, CNPJ: 97.522.799/0001-18, com sede na cidade de Juazeiro do Norte e **autorização de funcionamento restrita ao Estado do Ceará**, poderão ser aceitos normalmente para instruir pedidos de inscrição de pessoas físicas nos Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis (CRECIs).

Parágrafo Único - Os Conselhos Regionais somente recepcionarão Diplomas em cujo verso conste o número do registro do documento no sistema SISTEC/MEC para conferência da certificação de sua validade.

Art. 2º - A presente Portaria poderá ter seus efeitos suspensos a qualquer tempo, para fins de investigação, caso se apresentem indícios de irregularidade na realização do curso de TTI, no estágio curricular ou no registro de matrículas no Sistema STIC-WEB regulado pela Resolução-COFECI nº 1.476/2022.

Parágrafo Único - O curso de Técnico em Transações Imobiliárias de que trata a presente Portaria está organizado em 1100 horas, sendo 900 horas na modalidade a distância, acrescido de 200 horas de estágio curricular supervisionado obrigatório, que deverá ser realizado no Estado onde se localize a sede principal da instituição de ensino ou de polo legalmente autorizado.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições contrárias, especialmente a Portaria-Cofeci nº 143/2022.

Publique-se, cumpra-se.

Brasília(DF), 03 de agosto de 2023.

ORIGINAL ASSINADO
JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente